

DIAP acerta prognóstico para composição do Congresso

O índice de acerto do DIAP nos prognósticos para a composição da Câmara e do Senado superou o de outros institutos e estudiosos, pelo menos em três dimensões: 1) em percentual de renovação, 2) em tamanho das bancadas, e 3) em relação aos nomes com potencial para ser eleito.

O DIAP prognosticou que a renovação seria alta, porém abaixo da média histórica nas duas Casas do Congresso, o que, efetivamente, se confirmou. Projetou, com intervalo de bancada mínima e máxima de cada partido, e acertou em relação a 17 partidos, errando apenas em quatro, e, em nenhum deles, a diferença foi muito significativa. Acertou, também, a previsão de aumento da base aliada e a eleição de Dilma Rousseff.

Os erros se deram em relação às bancadas do PSDB, que elegeu um parlamentar a menos que a previsão; do PPS, que sufragou três

a menos; do PRB, que elegeu um a menos; do PR, que elegeu um a mais; e do PSC, que o DIAP previu uma bancada entre sete e 12 deputados; o partido, beneficiado por coligações, elegeu 17.

O DIAP, na elaboração de seus prognósticos, considerou pelo menos seis aspectos: 1) desempenho individual do candidato - perfil, vínculos políticos, econômicos e sociais, experiência política anterior e serviços prestados, 2) trajetória e popularidade do partido, com base nas últimas cinco eleições), 3) recursos disponíveis (financeiros e humanos, como financiadores e militantes), 4) coligações e vinculação a candidatos majoritários (senador, governador e presidente), 5) apoio governamental - máquinas municipais, estaduais e federal, e 6) pesquisas eleitorais.

A metodologia adotada, com intervalo entre um número mínimo e máximo de vagas por partido, para efeito do tamanho das ban-

cadás, decorreu, entre outros, de dois aspectos: 1) as coligações, e 2) o quociente eleitoral, que pode alterar significativamente o desempenho das bancadas.

O estudo do DIAP, que se encontra disponível para consulta no portal da entidade na internet, inclusive em quadro comparativo com as projeções de outros institutos e estudiosos, foi elaborado sob a coordenação do analista político e diretor de Documentação, Antônio Augusto de Queiroz.

O DIAP, além das análises e prognósticos elaborados durante o processo eleitoral, lança neste mês de novembro a publicação "Radiografia do Novo Congresso", com reflexões, dados e informações sobre os futuros deputados e senadores, bem como em relação aos desafios da presidente eleita no Congresso.

Vale a pena conferir.

A Diretoria

Servidor

Projeto que congela salário dos servidores por dez anos tem parecer contrário

Página 3

Convenção 158

Relator quer rever parecer na Comissão de Trabalho

Página 5

Governo Dilma

Definida a equipe econômica da presidente eleita

Página 6

COMUNICAÇÃO SINDICAL

Trabalho aprova projeto que estabelece tempo de rádio e TV para centrais

No dia 17 de novembro a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6.104/09 que assegura às centrais sindicais 10 minutos semestrais de transmissão gratuita em emissoras de rádio e televisão aberta.

A proposta, da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS), chegou a receber parecer contrário do relator no colegiado, deputado Márcio Junqueira (DEM/RR), mas esse relatório foi rejeitado e foi aprovado o voto em separado favorável do deputado Roberto Santiago (PV/SP).

De acordo com o texto aprovado,

as transmissões deverão ser em bloco ou em inserções de 30 segundos a um minuto, no intervalo da programação normal das emissoras. O texto estabelece também que os programas produzidos pelas centrais sindicais deverão ser transmitidos entre as 6 horas e as 22 horas das terças-feiras.

Os programas terão como finalidade exclusiva discutir matérias de interesse de seus representados, transmitir mensagens sobre a atuação da associação sindical e divulgar a posição da associação em relação a temas político-comunitários.

Para não onerar as empresas de comunicação, o projeto inclui

uma regra no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62) para estabelecer que as emissoras de rádio e televisão terão direito a compensação fiscal pela cessão do horário gratuito. Esse dispositivo é semelhante ao que disciplina a propagação nas campanhas eleitorais.

O projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões, ou seja, se aprovado nas próximas instâncias – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania – será enviado ao Senado, salvo recurso de mais de 50 deputadas para sua análise em plenário.

Lula convoca 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva publicou no Diário Oficial da União do dia 24 de novembro o Decreto de lançamento da 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente. O evento faz parte do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) construído por meio de diálogo e cooperação entre os diferentes órgãos do

governo federal e um amplo processo de consulta tripartite.

Com objetivo de fortalecer a capacidade do Estado brasileiro em avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, o PNETD tem o intuito de promover a geração de emprego e o trabalho decente para combater a pobreza e

a desigualdade social.

Durante o ano de 2011, os debates serão promovidos em nível municipal, estadual, setorial e federal para construção de uma política nacional de emprego e trabalho decente. As discussões também fornecerão subsídios imprescindíveis para a realização de uma etapa nacional, prevista para o período de 4 a 6 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, André dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz,
Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente: Celso Napolitano
(Sinpro/SP e Fepesp)

Vice-presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)
Wellington Teixeira Gomes (Fitee)
Aramis Marques da Cruz (Sindicato
Nacional dos Moedeiros)
Antônio de Lisboa Amâncio Vale (Sinpro/DF)
João Batista da Silveira (Saae/MG)
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (Sindaf/DF)
Suplente: Carlos Cavalcante de Lacerda
(CNTM)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho
(FNE)

Suplente: Ricardo Nerbas (Sintec/SP)
Tesoureiro: Izac Antonio de Oliveira (Fitee)
Suplente: Jacy Afonso de Melo (Seeb/DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Jânio Pereira Barbosa (Senge/DF)
Itamar Kunert (Sindicato dos
Administradores de Santos/SP)
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)
in memoriam

Suplentes

José Edmilson Maciel (CSPB)
José Caetano Rodrigues (CNTS)
Clóvis Matoso Vilela Lima (Febrad)

Limite de gastos com servidor: relatora apresenta parecer contrário e favorece funcionalismo

O projeto que congela o salário dos servidores por dez anos recebeu parecer contrário na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. No seu relatório, a deputada Luciana Genro (PSol/RS) favorece os servidores ao se posicionar pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição da matéria.

Esse retrocesso na Administração Pública e contrário aos interesses do funcionalismo está consubstanciado no Projeto de Lei Complementar (PLP 549/09). A proposição, já aprovada no Senado Federal, é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR).

De acordo com o PLP, haverá um limite para o crescimento da despesa com pessoal e com os encargos sociais da União no período de 2010 a 2019 equivalente à inflação medida pelo IPCA, acrescido de 2,5% ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor.

O projeto estabelece também que a partir do exercício financeiro de 2008 a despesa com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública não poderá exceder, em valores absolutos, a 1/4 dos percentuais máximos da receita corrente líquida estabelecidos para as despesas com pessoal.

PARECER

Em seu parecer, a deputada Luciana Genro pontuou questões que são pertinentes aos servidores públicos, como por exemplo, a austeridade que propõe a matéria para com as despesas com servidores, “os gastos públicos que merecem controle não são os gastos com pessoal, mas os gastos com o endividamento público, que têm crescido de forma exponencial”, destacou.

Ainda em seu parecer, a relatora demonstrou que no ano de 2009 os gastos com o endividamento da União consumiram 36% dos recursos orça-

mentários. “Esse dados da Secretaria do Tesouro Nacional não consideram a parcela da dívida que foi rolada. Caso incorporasse esse dado, os gastos com a dívida corresponderiam a 48% de todos os gastos da União”, sustentou.

Sobre os servidores, Genro declarou que “enquanto para o funcionalismo se deseja aplicar política de arrocho salarial, a dívida pública tem atualização monetária garantida por lei e completada pelos juros mais altos do mundo”.

A rejeição do PLP 549/09 também na CFT reforçará ainda mais a ineficiência da aplicação do projeto e sinalizará de maneira inquestionável o quanto a proposição está na contramão do atual modelo almejado pela esfera pública

A deputada também citou em seu parecer mensagens de sindicatos que representam as categorias do funcionalismo contrárias à aprovação da proposta pelo Congresso Nacional.

COMISSÃO DE TRABALHO

A proposta já foi analisada e rejeitada por unanimidade na Comissão de Trabalho. Neste colegiado, o relatório contrário foi formulado pelo deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS), que compreendeu que a matéria precariza os serviços públicos essenciais à população ao limitar, entre outros, o número de servidores contratados para o funcionamento da máquina pública.

A deputada Luciana Genro também citou em seu parecer algumas ponderações que o seu contrerário colocou no relatório. Entre elas, o limite proposto pelo projeto que, segundo Busato, “praticamente congelará nos próximos dez anos a remuneração dos

servidores e dificultará, sobremaneira, o preenchimento de cargos, novos ou vagos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, do MPU e do TCU, cujas carreiras já apresentam, em muitos casos, um déficit acentuado de pessoal”.

Ainda segundo Busato, a aprovação do teto de investimento no funcionalismo trará problemas para o aumento salarial dos servidores do Judiciário e do Ministério Público cujos projetos já estão tramitando no Congresso Nacional. “O PLP 549/09 elege o período de 2010/2019 para a limitação das despesas de pessoal, e em virtude disso, esses projetos perderiam seus objetos, seriam completamente inviabilizados no caso de aprovação do marco temporal fixado”, sinalizou.

A rejeição do PLP 549/09 também na CFT reforçará ainda mais a ineficiência da aplicação do projeto e sinalizará de maneira inquestionável o quanto a proposição está na contramão do atual modelo almejado pela esfera pública.

Como a proposição ainda deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e, por último, votada no plenário da Câmara, os trabalhadores se valerão das justificativas de ausência de mérito e da inadequação financeira e orçamentária para reivindicar a rejeição e o arquivamento definitivo do projeto.

HISTÓRICO

O PLP 549/09 é de autoria do líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB/RR) e tramitou na Casa de origem como PLS 611/07. O texto, aprovado em 16 de dezembro de 2009, não encontrou resistência dos senadores para que fosse enviado à Câmara.

Apesar das reiteradas observações do DIAP sobre o péssimo conteúdo e os riscos para funcionalismo, o projeto foi aprovado pela unanimidade - 48 votos - dos senadores presentes na

sessão do plenário. Ao chegar à Câmara, a matéria recebeu apoio de setores do Governo, entre eles do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que já teve seu nome confirmado pela Presidente eleita Dilma Rouseff para continuar no comando da Pasta.

Há época, Mantega disse considerar o projeto importante para dar ao mercado mais um sinal de austeridade fiscal e da sustentabilidade das contas públicas. O ministro recebeu o apoio do líder do Governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP), que declarou, "vamos aprovar o projeto, todo mundo quer isso", entendia.

PLP 1/07

Outra proposta, mas essa apresentada pelo Poder Executivo em 2 de fevereiro de 2007 é o PLP 1/07, que tem

conteúdo idêntico ao PLP 549/09.

Em regime de prioridade, o PLP 1/07 aguarda parecer do deputado José Pimentel (PT/CE), relator na comissão especial. Além de restringir gastos com pessoal, esse projeto é prejudicial aos servidores e está na contramão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual faz parte, pois não considera o crescimento do país, que necessitará de novos servidores, especialmente nas áreas de regulação e fiscalização.

ENTENDA O PROJETO DO GOVERNO

1) limita o aumento da despesa com pessoal no período entre 2007 e 2016 à reposição da inflação e mais 1,5%;

2) atualmente, a União pode gastar com pessoal até 50% da re-

ceita líquida corrente (2,5% para o Legislativo, inclusive TCU; 6% para o Judiciário; 0,6% para o MPU; 3% para DF e ex-territórios e 37,9% para o Executivo);

3) o poder ou órgão que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complementar, ficará impedido: a) de criar cargos, empregos ou funções, b) de alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa, c) de fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvado a educação, a saúde e a segurança, d) de conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequações de remuneração a qualquer título, salvo sentença do Judiciário ou revisão geral, e e) de contratar hora extra.

Representatividade da Câmara é maior que a do Senado

Antônio Augusto de Queiroz*

Um dos principais motivos invocados para a urgência de uma reforma política tem sido o fato de o nosso sistema de eleição proporcional permitir coligação entre partidos e, em função disto, que votos dados a um determinado candidato, de um determinado partido, sirvam para eleger outro candidato, e de outro partido. Isto, de fato, acontece, como o exemplo de Tiririca bem o demonstra, mas não compromete a representatividade da Câmara dos Deputados.

Ao contrário do que freqüentemente afirmam jornalistas e analistas políticos, a representatividade da Câmara dos Deputados, cujos integrantes são eleitos pelo sistema proporcional e com possibilidade de coligação, não é menor que a do Senado Federal, que elege seus representantes pelo sistema majoritário. E isto é demonstrado por números.

Quando somamos os votos obtidos pelos deputados eleitos em 2010 (57.959.550), excluídos os dados à legenda e aos não-eleitos, chegamos a

60% dos votos válidos (96.580.011), enquanto a soma dos votos dos 27 senadores mais votados em cada estado chegou a 58.337.030, um número absoluto um pouco maior que a soma dos votos dos deputados eleitos, porém com a diferença de que na eleição para o Senado este ano não existia a possibilidade do voto de legenda.

Logo, caso tivesse havido a possibilidade de voto de legenda para o Senado (não houve porque o eleitor votava em dois senadores por estado), muito provavelmente o número de votos dados aos senadores teria sido menor, já que parte desses votos iriam para a legenda, como ocorreu no caso da Câmara e, portanto, não seriam contados para efeito de representatividade dos eleitos.

Entretanto, se considerarmos a soma dos votos dados aos 54 senadores eleitos (103.447.496), dividida por dois (51.723.745), tanto em números absolutos, quanto em porcentual, a representatividade do Senado seria menor que a da Câmara dos Deputados.

Cabe lembrar, ainda, que o número de candidatos à eleição proporcional (tanto em relação às vagas em disputa quanto em relação à quantidade de postulantes por partido) é bem superior ao número de candidatos aos cargos majoritários, inclusive nas eleições para o Senado, prefeitura, governo e presidente da República.

Este simples exercício demonstra que, em cada eleição, a soma dos votos dados exclusivamente aos deputados eleitos, apesar de a eleição ser proporcional e com possibilidade de coligação, é maior que a soma dos votos dados aos senadores eleitos pelo sistema majoritário.

O assunto da reforma política, por este simples exemplo, precisa de uma análise mais aprofundada. Nem sempre as supostas razões para sua realização encontram amparo na realidade.

() Jornalista, analista político, diretor de documentação do Diap e autor dos livros "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis" e "Por dentro do governo - como funciona a máquina pública"*

Convenção 158: relator pede para reavaliar parecer oferecido na Comissão de Trabalho

André Santos*

A Comissão de Trabalho devolveu ao relator, em razão de pedido por ele formulado, a Mensagem 59/08, do Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da demissão imotivada.

A matéria, que já conta com parecer favorável do relator, o deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), desde o dia 12 de maio, não foi votado antes das eleições por conta do pedido protelatório de realização de audiência pública.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O pedido de audiência pública foi apresentado pelo deputado Júlio Delgado (PSB/MG) para que sejam ouvidos os representantes dos ministérios do Trabalho e Emprego; das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o professor José Pastore, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP).

O deputado Júlio Delgado foi relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores, onde apresentou e aprovou um pela rejeição do projeto. A audiência não tem data marcada e dificilmente acontecerá nesta legislatura, já que o período legislativo se encerra no dia 22 de dezembro. A nova legislatura será iniciado somente a partir de 2 de fevereiro de 2011 e as audiências serão definidas pela nova presidência do colegiado que ainda será definida.

Além do debate dessa matéria que cuida da proteção dos assalariados contra a demissão sem motivo, há mais 60 reuniões já aprovadas para discussão de outros projetos tramitan-

do na Comissão de Trabalho. Como restam apenas algumas semanas de trabalhos legislativos será improvável a realização de todos esses embates políticos.

DEMISSÃO IMOTIVADA

Em síntese, a Convenção 158 proíbe a demissão de um trabalhador, salvo a existência de justa causa que justifique seu desligamento da empresa como as relacionadas com a capacidade e comportamento do assalariado ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, do estabelecimento ou do serviço, que pode ser por dificuldades econômicas.

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), revela que o tempo médio de permanência do funcionário no emprego é de apenas 5,1 anos

Apesar da regra clara para a demissão, a relação de emprego não deverá ser finalizada antes que tenha sido dada ao trabalhador a possibilidade de se defender das acusações formuladas contra ele.

Nos casos de dispensas consideradas justificadas por motivos “econômicos, tecnológicos, estruturais e análogos”, a Convenção determina a observância de vários critérios. Estes vão desde a necessidade de comprovação, por parte do empregador, da “justificabilidade” da dispensa, até o aviso em tempo hábil, o fornecimento de informações pertinentes, a abertura de canais de negociação com

os representantes dos trabalhadores e a notificação prévia à autoridade competente.

ROTATIVIDADE

Um dos graves problemas do desemprego é a alta rotatividade no mercado de trabalho. O pouco tempo de permanência no emprego interfere na qualificação do trabalhador, pois o empresário não investe em seu treinamento, além do próprio trabalhador ficar vetado de uma programação necessária à qualificação, por lhe faltar a garantia do sustento pessoal e o investimento em uma faculdade ou um curso de especialização ao mesmo tempo.

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), revela que o tempo médio de permanência do funcionário no emprego é de apenas 5,1 anos.

Por esse dado é possível observar a existência de um elevado número de empregos formais que resultam de uma intensa movimentação entre admitidos e os que são desligados das empresas. Essa rotatividade é mais freqüente na área da construção civil, na agricultura e no comércio.

Para oferecer maior segurança ao trabalhador e melhorar sua qualificação profissional é imprescindível a aprovação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que a referida norma de proteção do trabalho também promove a dignidade e o respeito ao assalariado que será informado do real motivo de sua demissão. Só assim, haverá um grande salto para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social do país.

(*) Assessor Parlamentar

Dilma confirma equipe econômica formada por Mantega, Tombini e Belchior

A presidente eleita Dilma Rousseff confirmou no dia 24 de novembro os nomes de Alexandre Tombini para a Presidência do Banco Central (BC) e de Miriam Belchior para o Ministério do Planejamento, bem como a permanência de Guido Mantega no comando da Fazenda, que já havia sido anunciado.

Atualmente, Tombini é diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BC. Já Belchior ocupa o cargo de subchefe da Casa Civil e de secretária-executiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dilma espera que a nova equipe ministerial assegure a continuidade da política econômica do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com base no regime de metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. O objetivo da presidente é que o Brasil vença a pobreza para chegar ao status de uma nação desenvolvida.

PERFIL DOS MINISTROS

Alexandre Tombini nasceu em 9 de dezembro de 1963 em Porto Alegre (RS). É formado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), e fez doutorado na Universidade de Illinois (Estados Unidos). Tombini já assumiu duas diretorias no BC: a de Assuntos Internacionais, entre abril e junho de 2006, e a de Estudos Especiais, entre junho de 2005 e abril de 2006.

O próximo presidente do BC também atuou como assessor sênior na representação do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), entre 2001 e 2005, tendo participado de negociações dos programas brasileiros no órgão. Passou ainda pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1992-1995) e pela Câmara de Comércio Exterior (1995-1998).

Miriam Belchior é a primeira mulher anunciada por Dilma para integrar um ministério em seu mandato presidencial. Casada com o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, assassinado em 2002, na primeira eleição de Lula a ministra integrou a equipe de transição e participou da integração dos programas sociais que levaram à criação do Bolsa Família. Em 2003, integrou a equipe de José Dirceu na Casa Civil e assim que Dilma assumiu a Pasta, Belchior ocupou a função de subchefe de Avaliação e Monitoramento.

Com a indicação dos três nomes, a presidente eleita Dilma dá mostras concretas que não haverá solavancos na economia, cuja a base fundamental será mantida: câmbio flutuante, metas e controle de inflação

Responsável pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Belchior chegou a ser cotada para assumir a Casa Civil após a saída de Erenice Guerra, alvo de denúncia de participação em esquema de tráfico de influência no Palácio do Planalto.

O QUE FAZ A PASTA

Atualmente, compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a participação na formulação do planejamento estratégico nacional, a avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal a elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas, a elaboração, acompanha e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais.

Cabe ainda ao ministério a viabilização de novas fontes de recursos para os planos de governo, a formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais.

GUIDO MANTEGA

Nascido em Gênova, na Itália, no dia 7 de abril de 1949, é brasileiro naturalizado, economista e professor. É doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, na Inglaterra em 1977.

Durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), ocupou a diretoria de Orçamento e a chefia de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo. Foi assessor econômico do presidente Lula de 1993 a 2002 e participou da coordenação do programa econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998. De 2002 a 2004, exerceu o cargo de ministro de do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi presidente do BNDES em 2006 e assumiu o Ministério da Fazenda em 2006, substituindo Antonio Palocci.

O QUE FAZ A PASTA

Ao Ministério da Fazenda compete, entre outras atribuições, cuidar da administração financeira e da contabilidade públicas e da administração das dívidas públicas interna e externa. Compete ainda as negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais, estabelecer preços em geral e tarifas públicas e administradas, fiscalizar e controlar o comércio exterior, e realizar estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura econômica.

Como ficariam as bancadas sem coligação para Câmara

Antônio Augusto de Queiroz*

O DIAP fez dois exercícios para identificar como ficariam as bancadas partidárias em dois cenários nas eleições proporcionais de 2010: 1) um sem coligação, e 2) outro, também sem coligação, porém tendo como parâmetro uma eleição nacional, considerando para efeito de cálculo a soma dos votos válidos dados a candidatos e suas legendas em todos os estados.

Para efeito de formação das bancadas nos dois cenários, o quociente eleitoral foi calculado com base na divisão dos votos válidos dos partidos pelo número de vagas de cada estado, no primeiro caso, e na divisão dos votos válidos dos partidos, nacionalmente, pelo total de vagas da Câmara Federal, no segundo caso. Nas duas hipóteses há diferenças significativas em relação às bancadas dos partidos eleitos em coligação.

A tabela abaixo, com três campos, traduz o resultado da eleição proporcional de 2010 nos três cenários: 1) resultado com coligação, 2) resultado sem coligação, e 3) resultado sem coligação, porém considerados os votos nacionalmente.

O produto das simulações, que

tiveram como base o resultado da eleição para deputado federal de 2010, individualizado por partido, demonstra claramente que o sistema de coligações prejudica os grandes partidos, aqueles com mais de 50 deputados, e beneficia os partidos considerados: 1) nanicos, com entre um e cinco deputados, 2) pequenos, com entre seis e 24 deputados, e 3) médios, com entre 25 e 49 deputados.

É importante registrar que nem todos os partidos fizeram coligação em todos os estados, porém a maior parte deles se coligou na maioria dos estados. Mesmo com essas assimetrias em relação às coligações, com partidos coligados em alguns estados e em outros não, fica evidente que os grandes partidos seriam os beneficiários com o fim das coligações nas eleições proporcionais. Basta dizer que, sem coligação, o PMDB aumentaria sua bancada em 30 deputados e o PT em 20.

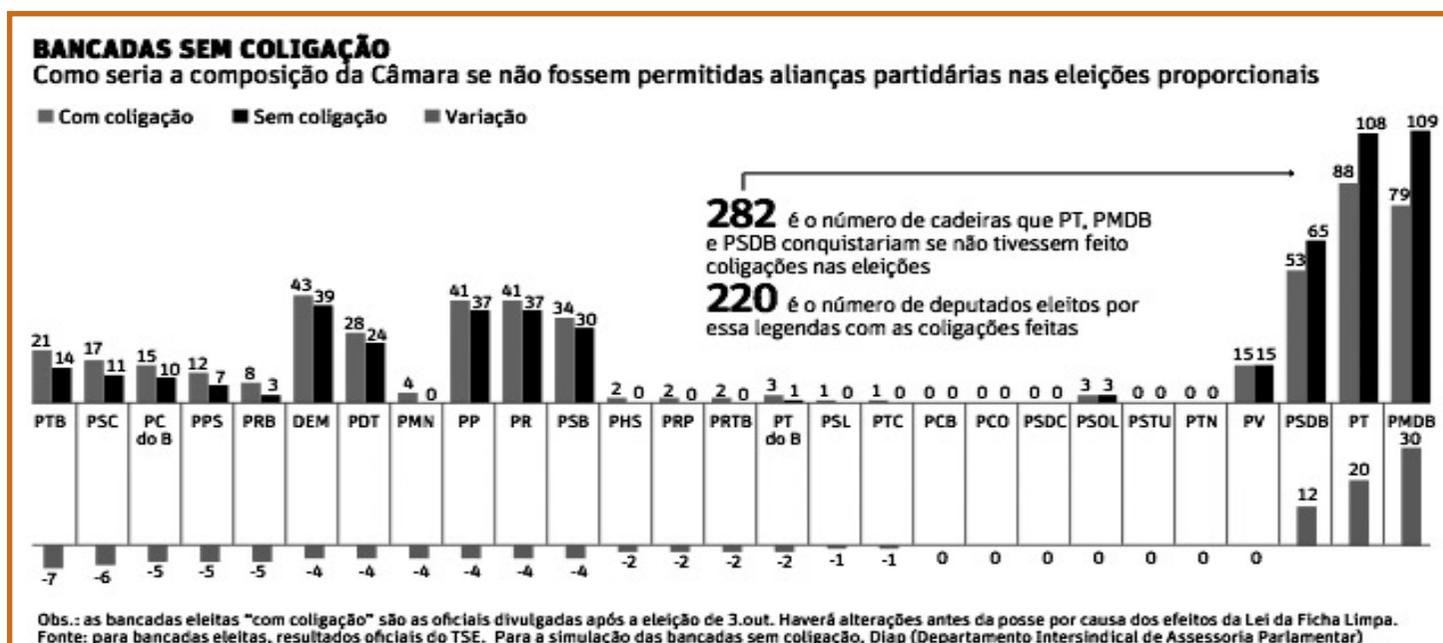
Pode parecer estranho que o PT, cuja votação foi muito superior à do PMDB, tenha crescido menos que o PMDB na simulação sem coligação. A explicação para isto é que o Partido dos Trabalhadores teve grande votação exatamente nos estados de maior quociente eleitoral, como São Paulo, enquanto o PMDB teve suas maiores concentrações de votos em

estados com baixo quociente eleitoral, o que favoreceria a ampliação da bancada num cenário sem coligação.

Na hipótese de eleição nacional, considerando a soma dos votos de todos os estados, os principais beneficiários seriam os nanicos, pequenos e médios partidos, que individualmente, por estado, não alcançaram quociente eleitoral, mas nacionalmente somariam esses votos e ampliariam suas bancadas, conforme demonstrado na tabela. Entre os grandes, o único que não perderia na hipótese em exame seria o PT, que elegeria exatamente 88 deputados por essa simulação. O PMDB, por exemplo, perderia 11 cadeiras nesta hipótese.

Os cenários e simulações analisadas neste texto podem se constituir em importante subsídio para o debate da reforma política. Não se deve esquecer, contudo, que as coligações nas eleições proporcionais no Brasil se prestam a composições e acomodações de interesses políticos, o que também é legítimo no processo político-eleitoral.

(*) *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap e autor dos livros "Por dentro do governo - como funciona a máquina pública" e "Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis"*



O modelo sindical brasileiro

A presença do sindicato no local de trabalho seria importante, pois proporcionaria ambiente de negociações e de diálogo

João Carlos Gonçalves (Juruna)*

Em qualquer balanço que se fizer dos oito anos de governo de Lula, pode-se afirmar que ele foi positivo do ponto de vista das negociações coletivas. Neste governo, o movimento sindical foi chamado com mais frequência a participar de Conselhos, o que, em certa medida, começou a ocorrer no governo de FHC.

Houve a participação tripartite - trabalhadores, empresários e governo - no Conselho Curador do Fundo de Garantia e em outros conselhos de nosso interesse, nos quais pudemos debater e contribuir para aprimorar a gestão dessas questões.

Fomos chamados a participar, por exemplo, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico. Debates, também, propostas sobre a reforma sindical e a reforma trabalhista. Propostas que estão sendo debatidas no Congresso.

Houve um grande avanço na organização sindical. No passado, era muito comum os Sindicatos buscarem apenas o direito individual, e o direito coletivo se dava apenas quando a Justiça do Trabalho interferia, para dirimir a ação que o Sindicato estava coordenando. Mas, desde 1978, avançamos nas negociações coletivas.

A realização do Conclat, em 1981, a constituição das Centrais Sindicais, a partir de 1983, e a Constituição de 1988 foram alguns passos nesse sentido. Além de avançar no Contrato Coletivo, as centrais sindicais proporcionaram uma visão abrangente do mundo do trabalho e da cidadania, não apenas restrito aos interesses específicos de cada categoria, mas também sobre questões nacionais, como o salário mínimo, a negociação para aumento real, a Previdência Social e a melhoria dos benefícios dos aposentados. Mas sentimos a necessidade de avançar mais.

Hoje, as seis centrais sindicais legalizadas buscam, com ênfase, a organização por setores econômicos, para fazer avançar a negociação coletiva nacional e o Contrato Coletivo. Ou, ao menos, para serem articuladoras das negociações e ações sindicais. Costumo dizer que a democracia no Brasil avançou até a porta da fábrica. Da porta da fábrica para

dentro, do sindicato entram apenas os associados ou os chamados delegados clandestinos.

Além disso, as federações e confederações só negociam questões trabalhistas se o Sindicato der procuração. Ou seja, ainda temos, no Brasil, práticas de negociações regionais, localizadas, não alçadas no Contrato Coletivo de Trabalho, o que é uma reivindicação dos trabalhadores. Penso que isto deveria mudar.

Outro ponto em que podemos avançar é no caso dos servidores públicos. Em 1988, estes servidores conquistaram o direito de fundar seus sindicatos. Mas eles ainda não têm data-base e suas greves são, em geral, para buscar a negociação salarial, e não propriamente para avançar nas relações. Daí a necessidade da implementação da Convenção 151 da OIT, reguladora da situação dos servidores públicos, já ratificada, mas não implementada. Reivindicamos a ratificação da Convenção 158 da OIT, que proíbe as demissões imotivadas.

Se ratificada, ela aumentaria a sindicalização no Brasil, uma vez que a rotatividade de mão-de-obra supera o número de contratados, esvaziando, com as demissões, o contingente de sindicalizados. Também destacamos a importância da Convenção 135, que garante a organização no local de trabalho, algo que não existe no nosso país.

Apesar de a Constituição prever a possibilidade de que se tenha o delegado sindical em empresas com mais de 200 empregados, não há regulamentação sobre a organização sindical no ambiente de trabalho.

A presença do Sindicato no local de trabalho proporcionaria um ambiente de negociações e de diálogo. Reivindicamos o aumento do número de diretores dos Sindicatos porque a lei não garante estabilidade de emprego para os delegados sindicais.

Torná-los diretores seria uma forma de garantir o direito de falar como sindicalista sem ser demitido. E isto não quer dizer que queremos apenas estabilidade e garantia de emprego, mas que o Sindicato tenha porta-vozes no local de trabalho que não sejam ameaçados de demissão.

Estas são questões que se inserem no debate sobre a atual demanda por uma reorganização do movimento sindical no Brasil. Em 2007, um processo de negociação com o governo e o Congresso Nacional resultou na regulamentação das centrais sindicais, que foi uma conquista negociada democraticamente. O projeto foi votado e aprovado pelo Congresso. Além disso, os sindicatos, que pagam mensalidades e dão corpo às centrais, escolhem a central à qual preferem se afiliar.

Estamos aprimorando e modernizando a estrutura sindical em consonância com a nossa realidade. A estrutura sindical varia em cada país. No Brasil o Sindicato representa todos os trabalhadores, sindicalizados ou não.

As convenções coletivas, ou os aumentos reais de salário, se estendem a todos os trabalhadores. Nos países nórdicos, por exemplo, não é assim. Lá as conquistas sindicais beneficiam apenas quem é sindicalizado. Por isso alego que a Contribuição Sindical é descontada de todos os trabalhadores porque todos são beneficiados pelos acordos coletivos.

Estamos abertos ao debate sobre a Contribuição Sindical. Só não podemos abrir mão daquilo que garante a manutenção das instituições dos trabalhadores, que são os sindicatos, federações e confederações.

E mais do que isto: fala-se muito dos trabalhadores, mas não se fala dos empresários. Os empresários também têm sua Contribuição Sindical obrigatória. Enfim, concluo que centrais sindicais brasileiras adquiriram força na composição do quadro social. Participamos do Fórum Nacional do Trabalho, chamado pelo governo de Lula.

Temos buscado entendimentos com o Ministério Público. Participamos do Congresso da OIT, em Genebra, em junho de 2010. Temos garantido, cada vez mais, a participação dos trabalhadores nas decisões do nosso país. Acredito que avançamos na democracia e na organização sindical. E haveremos de avançar ainda mais.

(*) *Secretário-geral da Força Sindical e 2º vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes*